**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Bom dia. Esta reunião de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços — CDEICS está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 156, de 2018, de minha iniciativa, e tem como objetivo tratar do panorama e perspectivas da indústria baiana: tendências, desafios e oportunidades para o setor automotivo e setores de petróleo, gás e petroquímica.

Esta audiência pública está sendo transmitida pelo Youtube no canal da Câmara dos Deputados.

Para darmos início, convido o Sr. Jean Freitas, Superintendente de Desenvolvimento Produtivo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia — SDE/BA; o Sr. Daniel da Silva Motta, Gerente de Tecnologia e Inovação do SENAI CIMATEC; o Sr. Rogelio Golfarb, 1º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores — ANFAVEA; o Sr. Carlos Danilo Almeida, assessor de estudos técnicos da Superintendência de Desenvolvimento Industrial da Federação das Indústrias do Estado da Bahia — FIEB; o Sr. Fernando Figueiredo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química — ABIQUIM; o Sr. Luís Eduardo Duque Dutra, economista e professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

Informo que também foi convidado para esta audiência pública o Sr. Júlio Bonfim, representando os trabalhadores da indústria automotiva, mas, por razões justificadas, não pôde comparecer a esta audiência pública.

Eu tenho a honra de agradecer a todos os presentes a esta mesa.

O objetivo desses painéis — já realizamos alguns que trataram de temas de interesse nacional —, a sua motivação é fazer um debate com foco na Bahia, puxando um pouco a brasa à nossa sardinha, e isso vem do fato de a Bahia refletir um perfil que está presente em boa parte daquilo que é a indústria no nosso País. A Bahia tem um pouquinho de cada coisa, é um Estado meio mosaico do ponto de vista da formação social, econômica, política e, também, do setor da indústria.

Nós temos lá o setor de petróleo e gás, que tem um pioneirismo, e há toda uma cadeia que vivencia um momento de tensão, de preocupação, de reflexão sobre os caminhos. Nós temos o setor automotivo, que chega com força e tem toda uma expectativa de consolidação, expansão, e o desafio é permitir que isso aconteça não apenas com a Ford, um grande orgulho para os baianos que produzem e desenvolvem carro para o Brasil e para o mundo. Nós temos o setor mineral, que é muito expressivo e tem também uma expectativa grande de expansão de crescimento, de consolidação. Nós temos o setor de energias renováveis, que é algo também de importante significado. E temos ainda o setor de celulose e o setor da agricultura, envolvendo o agronegócio com as mais diversas especificidades que esse setor produz. Por último, temos a agricultura familiar, que também passa por um processo de expansão e de consolidação.

Abordar temas referentes a esses setores mais dinâmicos é uma contribuição para enxergar o desenvolvimento da Bahia e projetar, preparar, ver desafios para o futuro, absorver e se apropriar dessas experiências, com o objetivo de interferir no futuro da indústria para promover o desenvolvimento no nosso País.

Deputada Keiko Ota, obrigado pela presença.

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 10 minutos, podendo se estender até 15 minutos, para suas reflexões. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar o palestrante deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para fazer a sua réplica.

Já com algum atraso, eu passo a palavra imediatamente para os expositores.

Quero convidar, em primeiro lugar, o Sr. Jean Freitas, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia, para que possa fazer sua exposição sobre esse panorama do desenvolvimento da indústria e comércio no Estado da Bahia. Obrigado, Jean. O senhor está com a palavra.

**O SR. JEAN FREITAS** - Muito bom dia a todos e a todas.

Em nome da Secretária de Desenvolvimento Econômico e do Governador Rui Costa, quero agradecer o convite ao Deputado Daniel Almeida. Cumprimento os palestrantes que vão participar deste painel e todos os presentes.

Meu nome é Jean Freitas, eu estou atualmente como Superintendente de Desenvolvimento Produtivo.

O que nós tínhamos combinado sobre este painel, antes de abordarmos os assuntos mais específicos, era fazer uma breve apresentação sobre o panorama da economia baiana. Vou trazer alguns dados que foram compilados pela equipe técnica da Secretaria e também pela Superintendência de Estudos Econômicos.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vou começar primeiro com a caracterização geral do nosso Estado. A Bahia é um Estado que possui 417 Municípios, distribuídos em 27 territórios de identidade. Contamos com 15 milhões e 400 mil habitantes — somos o quarto maior Estado em população do Brasil. Temos uma dimensão territorial de mais de meio milhão de quilômetros quadrados. Isso equivale a mais ou menos o tamanho da França. É um Estado grande. Eu não sei se o Deputado Laercio Oliveira, que é de Sergipe, faz parte da Comissão, mas nós costumamos utilizar como unidade de comparação o Estado de Sergipe, afirmando que cabem 27 Estados de Sergipe no Estado da Bahia, Deputado. E cabem oito Estados de Pernambuco. Nós temos a maior população rural do País. Temos o maior contingente da agricultura familiar, como já foi dito aqui pelo Sr. Deputado. Temos também o maior número de famílias inscritas no Programa Bolsa Família: algo em torno de 1,8 milhão.

Bom, esse é um perfil demográfico do Estado da Bahia, que compara 2017 com uma projeção para 2030. Esse panorama traz basicamente uma preocupação que é a da perda do nosso bônus demográfico, da população economicamente ativa. Nós estamos justamente no período de aproveitamento desse bônus demográfico. Então, cabe também aqui uma discussão sobre estratégia de aproveitamento, qualificação de mão de obra, para nós aproveitarmos toda essa força de trabalho.

Em termos de economia baiana e comparação com o Produto Interno Bruto — PIB do Brasil, a nossa participação é algo em torno de 4,1%. Esses dados são de 2015, e nós estávamos ali em 6º lugar, quase que empatados com Santa Catarina. Comparado com o Nordeste e fazendo uma evolução nos últimos 30 anos, o Nordeste basicamente oscilou entre 14% e 12% de participação do PIB, enquanto a Bahia teve o seu melhor momento na década de 80, participando com 5,4% no PIB nacional. Atualmente, estamos com 4,1% de participação. Em comparação com o Nordeste, nós tivemos também na década de 80 o melhor desempenho, com 39,7% de participação na economia do Nordeste. Atualmente estamos com 28,8%.

Nos últimos 14 anos, tivemos uma taxa média de crescimento do PIB da ordem de 2,8% a 3%, aqui já considerando também o período de recessão de 2015 e de 2016. Esse é um crescimento acima da média nacional, que foi de 2,5%. Atribuímos isso não só à questão das políticas públicas que foram desenvolvidas, mas também à valorização do salário mínimo, pois nós saltamos, no início dos anos 2000, de 150 reais para 950 reais. Destaco também o ciclo de *commodities*, que foi muito importante para esse desenvolvimento, assim como o aumento do consumo das famílias. Isso nos ajudou a ter uma curva de crescimento, em que ficamos até 2014. Tivemos um período de 2 anos de recessão e estamos recuperando a economia, com a projeção de 1,8% para este ano, talvez de 2% no ano que vem.

Aqui é a participação do Nordeste e da Bahia no PIB *per capita* do Brasil. Esse é um dado interessante. Quando nós começamos a traçar uma estratégia de longo prazo, que é o Plano de Desenvolvimento Integrado, nós observamos que historicamente nem o Nordeste nem a Bahia conseguiram superar 50% do PIB *per capita* médio do País. A Bahia sempre oscilou em torno de 55% e 52%, o Nordeste um pouco menos, entre 51% e 47%, mas nunca conseguiram superar o PIB *per capita* médio do País.

A Bahia tem uma grande concentração. Temos 417 Municípios, mas apenas 17 Municípios já concentram 41% da população, quase 60% do PIB e quase 70% dos empregos formais. Então, temos uma grande concentração regional. Municípios de até 30 mil habitantes são 60% dos Municípios que existem na Bahia. E, se nós aumentarmos essa escala até 50 mil, nós vamos contatar que 80% dos Municípios têm até 50 mil habitantes. Então, aqui cabe uma discussão sobre a importância da cidade média para aumentar a integração e obter um maior dinamismo econômico, que é um esforço que nós estamos fazendo de aproximação desses Municípios.

Nessa estrutura de distribuição territorial que nós temos aqui, é utilizado o nosso sistema de planejamento, que leva basicamente em consideração o sentimento de pertencimento da população e também aspectos relacionados à cultura e aspectos sociais e econômicos. Essa é uma forma de organização do território para desenvolvimento das políticas.

Esta imagem mostra quais são os principais territórios. O Território de Identidade da Região Metropolitana de Salvador, com 13 Municípios, tem uma participação de quase 44% do PIB. Essa é uma região metropolitana onde existe uma grande concentração do setor industrial. A região do Portal do Sertão, que tem como Município âncora Feira de Santana, vem logo em seguida com 6,9%. Há a Bacia do Rio Grande, com 5,8%, e o Litoral Sul, com 4,5%. Aqui é só para destacar a concentração que nós temos na região metropolitana.

Nós temos basicamente quatro grandes polos dinâmicos, mas estamos avançando para uma estratégia de uma política mineral, como o Sr. Deputado já citou aqui. O Estado hoje é o quinto maior produtor mineral, mas nós temos potencial para chegar a terceiro nos próximos ano. Exploramos mais de 40 substâncias minerais, mas eu estou destacando aqui os principais polos dinâmicos que nós temos. Ali na região norte, temos fruticultura, liderada principalmente por Juazeiro. O nosso agronegócio está muito concentrado na região oeste, por conta da produção dos grãos. Nossa indústria está concentrada basicamente ali na região metropolitana de Salvador — RMS. Na região extremo sul, nós temos a produção de celulose.

Destacamos aqui que o semiárido baiano representa quase 64% do nosso território. O semiárido baiano é o maior semiárido do Nordeste, mas, para a nossa sorte, nós temos vento, sol e minério, o que pode ser um vetor de desenvolvimento muito importante para o Estado.

Em relação à produção setorial, vou começar pela indústria. Aqui é uma visão geral de todos os setores, para marcar os grandes ciclos de desenvolvimento. Na década de 50, nós tivemos uma mudança na estrutura setorial. Éramos um Estado da agricultura e da pecuária e passamos a ter uma maior participação da indústria. Nós saltamos, da década de 50 para a de 60, de 8% da indústria para 12%. Isso foi muito atribuído ao fenômeno da implantação da Refinaria Landulpho Alves — RLAM, no final da década de 50.

Tivemos também, ao longo da década de 60, implantação da CIA Aeroporto, muito por conta da oferta do refino do petróleo e também das condições de implantação do Banco do Nordeste e da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF, também na década de 60. Houve um crescimento nesse período de 12% para 12,4%. Com a implantação do Polo Industrial de Camaçari, no final da década de 70, nós já sentimos ali uma maior participação da indústria, que saltou de 12,4% para 31,6%. A partir daí, tivemos um novo ciclo, com a implantação do Projeto Ford Amazon, que se deu no final da década de 90 e início dos anos 2000. Nós tivemos a redução do PIB da indústria para 28,9% e, assim, nós fomos tendo uma perda gradativa das indústrias. Hoje nós estamos com 19,7%.

Aqui só destaco isso porque a nossa discussão vai se dar em termos da indústria, mas basicamente essa perda migrou para um setor terciário, para a área de comércio e serviços. A agricultura perdeu bastante participação também na nossa produção setorial. Na década de 60, tínhamos 40% e, atualmente, estamos na casa de 9,1%.

Essa aqui é a evolução do nosso Produto Interno Bruto. Destaco aqui os períodos de maior crescimento. Em 2010, assim como aconteceu na escala nacional, houve o nosso melhor desempenho.

Fazendo um *zoom* no setor industrial, essas são as nossas principais indústrias, com informações de 2015, que são dados do PIB mais atualizados que nós temos. Então, nós temos uma grande concentração. Essas bolinhas vermelhas são a nossa indústria de transformação. Destaco aqui principalmente a participação do Polo de Camaçari, onde há petroquímica, plásticos e setor automotivo, que representam 17,5% do PIB industrial; temos também São Francisco do Conde, com a RLAM, com 8,3% — esses são os principais polos da indústria. Há alguns pontos aqui também destacando a indústria da extração mineral. Temos cobre na região de Jaguarari, ouro em Jacobina — a empresa Yamana Gold tem desenvolvido um trabalho muito importante lá —, níquel na região de Itagibá, magnesita em Brumado, vanádio em Maracás. Enfim, nós temos um grande potencial mineral a ser explorado.

Em 2015, 18 Municípios representaram 71,6% do PIB industrial.

Esses são os principais setores industriais em 2015. A construção civil representou 33% dos 48 bilhões de reais de valor adicionado em 2015; serviços industriais de utilidade pública vieram em segundo lugar com 10%; produtos químicos, em terceiro lugar, também com 10% de participação; refino de petróleo; alimentos, bebidos e fumo; celulose e papel.

Vamos ver um pouco da nossa pauta de comércio exterior. Ainda temos uma reduzida inserção internacional e nacional. Precisamos trabalhar para aumentar a participação da Bahia no cenário internacional e nacional. Nós participamos com 3,4% das exportações nacionais e representamos 46,1% das exportações no Nordeste.

Esses são os nossos principais bens exportados. Figura como principal destaque soja e derivados, com 21,3%; em seguida, papel e celulose; químicos e petroquímicos; metalurgia; automotivos; alguns bens minerais; metais preciosos; agronegócio; etc. Nós tivemos um crescimento de 2,3% no valor, mas tivemos uma queda de 9,4% no volume.

Esse é um dado que nós estamos trabalhando recentemente em parceria com a Secretaria da Fazenda. E essa é nossa pauta de comercialização por vias internas, nossa relação comercial com outros Estados. Eu destaquei o Nordeste. Essas são as entradas de mercadorias do Nordeste para a Bahia. As vendas do Nordeste para o Estado representam 15,6 bilhões de reais, enquanto as da Região Sudeste, 74 bilhões de reais.

Aqui está o quadro do nosso saldo comercial com os principais Estados. Nós temos aqui o destaque de saídas para a região de São Paulo, que é maior; em compensação, somos também um grande comprador de bens acabados do Estado de São Paulo. Aqui, olhando para a composição regional, é superavitário o saldo de saídas do Nordeste, com 8 bilhões de reais; em compensação, temos uma perda de 17 bilhões de reais com a Região Sudeste, em razão de termos uma indústria basicamente de bens intermediários e comprarmos da Região Sudeste bens finais acabados.

Aqui vemos a mesma composição, mas eu destaco quais são os segmentos desse fluxo comercial entre as regiões do País.

Agora vou passar rapidamente por outros setores, porque esse não é o alvo da nossa apresentação. Destaco a parte da produção agrícola, com uma grande concentração na região oeste, principalmente de grãos. Temos também frutas na região sudoeste, norte e baixo sul.

Nós somos o sétimo maior produtor no Brasil das principais culturais agrícolas. Soja é o que representa a maior participação no nosso PIB agrícola, com 34% dos 15,4 bilhões de reais de valor adicionado; em seguida vem algodão.

Na parte de destaque de frutas, a Bahia é um grande produtor de frutas. Somos o maior produtor de mamão, coco, manga, maracujá, laranja e banana e temos praticamente três Municípios no *top ten* de Municípios produtores de frutas: Juazeiro, um dos principais polos; Bom Jesus da Lapa; e Casa Nova. Temos produção de vinhos também.

O setor terciário, que cresceu muito ao longo dos últimos 30 anos, representa quase 70% do nosso PIB e basicamente está concentrado nas cidades com maior densidade empresarial e densidade populacional. O destaque aqui é a região metropolitana, mas outros grandes centros, como Vitória da Conquista, têm se destacado principalmente em serviços de saúde, em serviços de educação.

Aí está a evolução do setor terciário, destacando também o peso que a administração pública tem nesse setor ao longo dos últimos anos. Há alguns Municípios em destaque, de maior população. Salvador tem 23,6% de participação no PIB da Bahia, seguida por Camaçari, em segundo, com 8,3%; depois, vem Feira de Santana, em terceiro lugar, com 4,2% do PIB.

Aqui está o PIB de 2002 comparado com o de 2015. Esses Municípios *top* dez representavam 52% do PIB baiano em 2012, e, em 2015, 51%. O destaque aqui é Paulo Afonso e Ilhéus, que perderam espaço para Luiz Eduardo e Barreiras, provavelmente, por conta do agronegócio.

Aqui estão as principais cidades, os principais setores. Aqui estão destacados os principais Municípios por cultura, valor agropecuário, com São Desidério em primeiro. Aqui na parte da indústria está Camaçari por conta do polo industrial. Há o setor de comércio e serviço de Salvador.

Quanto ao mercado de trabalho, isso aqui é apenas para apresentar o que aconteceu também no cenário nacional. Em 2015 e em 2016 tivemos um saldo negativo. Em compensação, em 2018, já temos 36 mil de saldo positivo e estamos recuperando esses empregos.

Aqui os setores que pagam melhor, que têm melhor rendimento médio: mineração, indústria, serviços de utilidade pública e construção civil.

E aqui está uma carteira de investimento que está em curso, com previsão até 2020. As informações estão um pouco desatualizadas. Nós temos números de 2018, mais atualizados. Mas essa carteira já estava em torno de 29 bilhões de reais, com destaque de investimento principalmente na área de eletricidade e gás, que compõem basicamente 46% dessa carteira de investimentos. Trata-se mais ou menos de 430 projetos que vão gerar mais ou menos 28 mil empregos.

Aqui está o destaque de quais são os setores da indústria. O nosso peso maior está no setor de energia, que já corresponde a 78% do valor investido, a 17% dos empregos, seguido do setor de alimentos. No comércio e serviço também temos alguns investimentos. Eles são importantes, porque são grandes, intensivos em emprego. Então, também temos feito um trabalho de atração de investimentos, polos de distribuição.

Aqui estão os investimentos distribuídos pelos territórios. Então, vejam que existe uma desconcentração principalmente por conta do setor mineral e da parte das energias renováveis. É bom para o Estado desconcentrar essa matriz produtiva que está basicamente na região metropolitana.

Aqui está uma visão dos empregos gerados por tipos de investimentos pelos principais Municípios, Camaçari com 1.800 empregos. O setor de energia está distribuído em toda região do interior da Bahia.

Bom, isso é uma visão geral para utilizarmos como pano de fundo para a discussão. Eu vou disponibilizar depois um material para a Comissão. Eu agradeço a oportunidade.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Deixo o nosso agradecimento ao Jean pela exposição.

Imediatamente, passo a palavra para o Daniel da Silva Motta, que me informou que tem uma limitação de tempo, em função do retorno dele à Bahia. Então, passo a palavra ao Sr. Daniel da Silva Motta, que está aqui representando o SENAI CIMATEC, que é um grande centro de tecnologia do nosso Estado e que nos orgulha muito.

**O SR. DANIEL DA SILVA MOTTA** - Deputado Daniel Almeida, muito obrigado.

Bom dia a todos.

Antes de mais nada, quero parabenizar o Deputado Daniel Almeida por esta iniciativa de, junto com a Comissão, trazer a pauta da indústria baiana para a discussão aqui.

Também cumprimento a todos aqui presentes.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O Jean Freitas já fez uma apresentação dos dados da Bahia. Então, eu acho que podemos pular isso. Mas eu queria trazer alguns dados importantes em relação aos setores que são foco desta audiência: o setor de automóveis, petróleo e gás e petroquímicos. Aqui estão alguns dados em relação à nossa frota na Bahia: há 3,8 milhões de veículos, 610 milhões de dólares de exportação de automóveis de passageiros, segundo dados de 2017, e 175 mil veículos ao ano, segundo dados de 2016. Com certeza, a Ford depois pode atualizar alguns desses dados, porque são de 2016.

Aqui está o setor de petróleo e gás. A Bahia é o quinto maior Estado produtor de petróleo do País, segundo dados de setembro de 2017. A produção de gás natural é bastante importante também: mais de 7 mil milímetros cúbicos ao dia. São 85 os campos produtores, colocando a Bahia como um Estado importante na produção de petróleo e gás.

Quanto ao setor petroquímico, temos 37% da produção nacional de petroquímicos básicos, com 12 milhões de toneladas de capacidade instalada e 45 mil empregos gerados.

Então, esses são três importantes setores industriais para a Bahia. Temos um estudo feito recentemente, um levantamento de pontos críticos para a competitividade desses setores. Um deles obviamente abrange toda a necessidade do País. Mas, mais especificamente para a Bahia, nós temos aqui uma questão logística bastante importante para trabalhar, tanto a parte de suprimento quanto a de matéria-prima e logística de modo geral.

Quanto aos recursos humanos, ao custo de mão de obra, vamos mostrar um gráfico, mais para a frente, de quanto isso representa para os setores industriais. Há a infraestrutura, tanto urbana quanto industrial, e a pauta de tecnologia e inovação. Vamos falar de desafios e oportunidades para esses setores.

Do ponto de vista de logística, eu trouxe alguns dados para cada um deles. Comparando a Bahia, por exemplo, vemos que a matriz rodoviária corresponde a 81% da matriz de transporte. Se compararmos com os Estados Unidos, veremos que o trecho mais curto, que é abaixo de 500 quilômetros, representa 71%. Então, nós temos uma alta concentração de movimentação no modal rodoviário, e isso aponta, para o desenvolvimento, a necessidade de diversificação e qualificação dessa matriz de transporte.

Quanto aos recursos humanos, principalmente no setor de química, há um alto custo de mão de obra, por acordos coletivos, greves, paradas. Isso gera um custo elevado, colocando a Bahia como o segundo Estado com maior custo de mão de obra nesse setor.

A infraestrutura, bastante relevante para todo o desenvolvimento industrial, também é um ponto de atenção importante. E há a tecnologia e inovação, a preparação da estrutura que vai dar vazão ao que eu vou falar mais à frente. Há os desafios da transformação digital e da indústria 4.0. Esse também é um tema importante.

Então, esses quatro pontos nós consideramos críticos para o aumento da competitividade da indústria baiana.

Sobre desafios, há vários. Falar em 10 minutos sobre os desafios para a indústria já é por si só um grande desafio. Eu trouxe alguns que consideramos bastante relevantes. Um deles é o advento da indústria 4.0, o que alguns chamam também de "manufatura avançada", ou seja, é a preparação do futuro da indústria, na qual você tem máquina conversando com máquina, máquina tomando decisão por si só, elevando a competitividade da indústria. Então, esse é um tema no qual nós no CIMATEC temos tocado com bastante força, desenvolvendo um trabalho para aumentar a competitividade da indústria baiana.

Outro desafio importante, que chamamos de confluência tecnológica, é o advento da discussão de novas tecnologias e como essas tecnologias podem ser inseridas como soluções para a indústria baiana. Hoje se fala muito em inteligência artificial e robótica. Isso por si só é um mundo. Então, precisamos incorporar nos nossos ativos, nos nossos projetos, no desenvolvimento, o conhecimento de inteligência artificial e robótica. E há muitos trabalhos relevantes na área de desenvolvimento de robótica autônoma, por exemplo, além de realidade virtual e aumentada, manufatura aditiva, materiais avançados, biotecnologia, geoengenharia, ou seja, é você conseguir de uma forma multidisciplinar envolver todos esses conhecimentos em prol da indústria. Este é outro grande desafio: dar maturidade tecnológica a determinados conhecimentos que já temos, que já existem.

Outro tema importante, que é um desafio, é o aumento da produtividade. Como País, nós vimos caindo nesse tema ao longo do tempo, comparado com outros países. E existem várias iniciativas de aumento da competitividade, transformando a produção enxuta, a manufatura enxuta, trazendo técnicas de *lean manufacturing*, para que possamos aumentar a produtividade da indústria baiana.

Então, lá no CIMATEC temos a fábrica modelo, junto com a McKinsey. Em alguns casos, inclusive quando falamos de pequenas e médias empresas, Deputado, estamos falando de aumento de mais de 100% de produtividade quando se incorporam metodologias e tecnologias para esse desenvolvimento. Então, lá temos uma fábrica modelo para fazer esse processo, e várias empresas passam por isso todo ano. Então, consideramos o tema produtividade como um desafio bastante relevante.

Trago agora o que temos feito em relação a todos esses temas, em relação ao que falamos em termos de temas críticos e em relação aos desafios. Eu não sei se todos conhecem, já ouviram falar ou já visitaram. Se não, estão todos convidados para conhecer o CIMATEC, o nosso Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia, que hoje abriga quatro prédios, mais de 35 mil metros quadrados de área construída, mais de 150 milhões de dólares de investimento nesse *site*, 42 áreas de competência e mais de 800 funcionários. Então, o CIMATEC tem se especializado a dar soluções industriais à nossa indústria, nacional inclusive, no desenvolvimento dessas tecnologias e conseguir superar os desafios aqui apresentados.

O CIMATEC tem um modelo integrado bastante importante, que envolve educação de nível tecnológico, educação de nível técnico, educação superior, tudo isso com projetos do que chamamos de Centro Tecnológico, projetos de tecnologia junto com empresas, além do nosso Centro Universitário. Então, quando falamos de solução, de inovação, de desenvolvimento, de pesquisa, estamos falando da integração de todos esses atores. É importante os professores da universidade estarem junto com os técnicos, desenvolvendo projetos e aumentando a maturidade tecnológica das soluções que são necessárias para incorporação e implementação na indústria.

Temos trabalhado usando tecnologias já disponíveis, sempre pensando em redução de custo. Então, entra aqui Internet das Coisas, robótica, inteligência artificial, manufatura aditiva com impressão 3D, transportes autônomos, Big Data, ou seja, a incorporação dessas tecnologias para a solução industrial.

Outra grande ação que temos feito é o CIMATEC Industrial. O que percebemos é que a indústria hoje precisa não só do desenvolvimento da tecnologia em testes de bancada mas também escalar isso já para um estágio mais pré-competitivo, para que possamos desenvolver projetos que tenham depois inserção no mercado. Está sendo feita a implantação da primeira etapa do nosso CIMATEC Industrial, e inauguração ocorrerá até o primeiro semestre do ano que vem. São 4 milhões de metros quadrados a área disponível. A primeira etapa será construída num terreno de 60 mil metros quadrados. Está sendo realizada muita ação. O grande objetivo é desenvolver pesquisa e inovação tendo uma maior amplitude, ou seja, espaços que nos permitam rodar plantas-piloto mais próximas de uma escala industrial do que um teste de bancada. Fica no Polo Industrial de Camaçari.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. DANIEL DA SILVA MOTTA** - Este vídeo mostra onde nós estamos localizados lá em Salvador. Aqui é a poligonal do polo industrial. O CIMATEC Industrial está localizado em vermelho.

Aqui está o plano diretor. Não é essa a primeira fase ainda, mas todo o projeto a ser implantado ao longo dos próximos 10, 15, 20 anos. Vemos aqui a área específica de pista de teste, sobre a qual vou mostrar um vídeo depois.

Aqui temos uma estrutura para a perfuração de poços, para a indústria química, petroquímica. É um *campus* multicliente, multiparceria. A ideia é que nós tenhamos lá empresas instaladas de base tecnológica para o desenvolvimento de seus projetos. Aqui embaixo há um auditório para a realização de eventos. Vemos ao fundo torres de perfuração de petróleo, para testar novas tecnologias de processo de perfuração, testar novos equipamentos.

Aqui está esse plano diretor já instalado. Mais uma vez ao fundo estão as torres. E é uma parte dele que vamos inaugurar até o primeiro semestre do ano que vem. Como eu disse, nessa primeira inauguração já são onze edificações, e todas elas já têm projetos específicos para a implantação. Eu já ressalto aqui alguns ligados à área automotiva, como a engenharia para a inovação industrial, para os engenheiros serem formados com vivência de chão de fábrica; projetos mais relacionados à completação de postos de petróleo. Então, há dois galpões dedicados para esse tipo de coisa, para a qualificação em completação de postos de petróleo. Então, temos aqui um projeto que nos orgulha.

Um lado específico para a área automotiva mostra a pista de teste, o nosso *proving ground*, onde vamos poder testar o desenvolvimento de novos veículos. Hoje é um gargalo para a indústria automotiva o desenvolvimento que utilize infraestrutura local. O custo logístico de envio de plantas para fora do País durante o desenvolvimento é muito alto. Mais uma vez, a ideia deste projeto é ser multicliente. Respeitando, obviamente, toda a questão de sigilo, este projeto foi contratado com a IDIADA, e nós já estamos em processo de discussão de momentos de implantação.

Vemos aqui uma área de 2 quilômetros de extensão, uma reta de 2 quilômetros que é importante para o desenvolvimento automotivo. Como um dos temas hoje é o setor automotivo, eu trouxe essa situação especificamente.

Aqui vemos uma *simcity*, para que possamos fazer a parte de desenvolvimento de veículos autônomos.

Pensamos no hoje, mas também pensamos no futuro, para o desenvolvimento industrial, para chegarmos lá.

Era isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Nosso agradecimento ao Daniel Motta.

**O SR. FERNANDO FIGUEIREDO** - Posso fazer um comentário?

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Pode, claro.

**O SR. FERNANDO FIGUEIREDO** - Eu só queria testemunhar que o CIMATEC é um orgulho não só para a Bahia, é um orgulho para o Brasil. Realmente, é sensacional.

Já que ele os convidou para visitar o CIMATEC, eu sugiro que aproveitem a oportunidade, porque é algo fantástico em termos de trabalho para a indústria, cooperação com a indústria, algo que vale a pena e que causa muito orgulho ao Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Fernando. Obrigado, Daniel.

Realmente, penso que os baianos e os brasileiros precisam conhecer melhor, de perto, essa estrutura e as perspectivas de consolidação e expansão desse grande equipamento. Por exemplo, eu não tinha informação sobre o CIMATEC Industrial. Tenho a sorte de morar bem próximo a ele. Passo ali com muita frequência. Verificamos toda a intensa movimentação crescente. Já o visitei algumas vezes, já o utilizei em alguns momentos da nossa atividade parlamentar e outras atividades, mas acho que precisa ser algo maior a percepção, a utilização e o aproveitamento para o nosso País.

Obrigado, Daniel, pela exposição.

Anuncio a presença do Deputado Caetano, como eu, trabalhador do Polo Industrial de Camaçari, nosso ex-Prefeito. Está presente a Deputada Keiko Ota, desde cedo. O Deputado Vinicius Carvalho passou por aqui.

Convido imediatamente para sua exposição o Sr. Luis Eduardo Duque Dutra, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com larga experiência e vivência com o setor de petróleo e gás e uma grande contribuição na Agência Nacional de Petróleo.

**O SR. LUIS EDUARDO DUQUE DUTRA** - Bom dia.

Eu agradeço à Comissão, em especial ao Deputado Daniel pelo convite.

Vou ser breve e vou procurar colocar basicamente assuntos mais globais para chegar à questão do desafio baiano.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O gás natural, sem dúvida nenhuma, é a ponte para o futuro para uma economia de baixo carbono nos próximos 20 a 30 anos. É interessante observar que o Brasil, nos últimos 20 anos, conseguiu solucionar 2 grandes gargalos econômicos. Por um lado, havia a falta de dólar, que impediu o crescimento brasileiro durante todo o século XX, e, por outro lado, havia a falta de petróleo, que, por várias vezes, impediu o prosseguimento do crescimento brasileiro.

O petróleo nasceu na Bahia. O Recôncavo foi a nossa primeira província petrolífera. Candeias é até hoje um campo que produz, é o maior campo em terra brasileiro e está na Bahia. Exatamente pela presença do petróleo e pela ideia de valorizar o petróleo baiano, surgiu a Refinaria Nacional, na Fazenda Mataripe, nos idos da década de 50, que acabou sendo incorporada pela PETROBRAS e, em 1957, ganhou o nome de Landulpho Alves.

O coração da química e petroquímica brasileira estava sendo colocado na Bahia. O Polo de Camaçari é certamente o principal resultado desse projeto, que a Profa. Maria da Conceição Tavares chamou em sua tese de modelo de substituição de importações, o que permitiu a industrialização não só do Brasil, mas de países na América Latina, a ponto de que, na metade da década de 90, o Brasil ainda importava 50% do petróleo, queimava todo o gás natural que produzia, mas era praticamente autossuficiente em químicos e derivados de petróleo. Esse foi exatamente o grande passo da industrialização, no qual a Bahia teve uma responsabilidade fundamental.

O século XXI é um novo século, e as condições passadas foram superadas de uma forma surpreendente. O Brasil descobriu o pré-sal e hoje tem 360 bilhões de dólares de reserva cambial. Isso quer dizer que aqueles 2 nossos obstáculos foram superados. O Brasil passou a ser credor, e não devedor internacional, tem reservas cambiais colossais para nossa história de devedor. E temos petróleo, algo que, por meio século, procuramos sem sucesso.

Achamos. Eu sou da área e, certamente, conservador. Diria que temos um potencial de descoberta entre 40 a 50 bilhões de barris recuperáveis, isto é, capazes de serem produzidos dentro das atuais condições. Existem estimativas que chegam até 100 bilhões de barris, mas mesmo 30, 40, 50 bilhões é algo colossal. Mais importante do que isso talvez seja dizer que não existe no mundo, fora do Oriente Médio, nenhuma província petrolífera com expectativa de reservas gigantes de petróleo. A única que existe é o pré-sal, e à margem equatorial da América do Sul. Na Guiana foi descoberta uma reserva gigantesca, que é a Liza. São essas as duas únicas fronteiras no mundo onde o potencial geológico permite à petroleira descobrir grandes, gigantescas, reservas. Daí vem o interesse das grandes petroleiras pelo pré-sal, sem dúvida nenhuma.

Pouca gente diz, mas o Fernando sabe disto pela ABIQUIM, que é extremamente interessada, que no pré-sal o volume de gás é muitas vezes superior ao volume de petróleo existente. O Brasil terá gás natural para realizar a ponte para o futuro nos próximos 50 anos graças ao pré-sal.

Mas, além do pré-sal, e este é um ponto que eu gostaria de destacar, o Brasil tem muito petróleo ainda sem produzir — conhecido, descoberto e sem produzir. Nós chamamos isso de campos maduros. Ainda existem cerca de 200 milhões de barris no Recôncavo Baiano e pelo menos 400 milhões de barris na Bacia de Campos. Esse petróleo, no momento, está em campo maduro e não interessa a grande petroleira. Ele não interessa à PETROBRAS, não interessa à Shell, não interessa à Esso, por falta de escala. Ele interessa, em compensação, a pequenas empresas, independentes, de capital fechado, nacionais, texanas, canadenses ou norueguesas, que são especializadas em reservas pequenas, que não têm grandes investimentos e, sim, têm tecnologia e pessoal para extrair esse tipo de petróleo.

A aposta nesse tipo de negócio gera muito mais emprego, e nós, tanto na universidade quanto nas agências reguladoras, tivemos a intenção, há mais de 20 anos, de abrir, de permitir que essas empresas progredissem. Não foi fácil, e é verdade que a abertura feita até agora só beneficiou a PETROBRAS e as grandes petroleiras. O apoio efetivo à pequena empresa petroleira, que cria emprego, que dá densidade industrial local, ainda não teve sucesso. O que termina no mal da abundância, e isso é muito grave para o Brasil, porque o Brasil, sem dúvida nenhuma, tem a melhor província petrolífera dos próximos 20 anos e, não só isso, tem quase 30 bacias sedimentares inexploradas, menos de 30 mil poços perfurados no Brasil. Nos Estados Unidos furam-se de 20 mil a 25 mil poços por ano. O total brasileiro é de 30 mil a 35 mil até hoje. Quer dizer, há um desconhecimento das bacias sedimentares brasileiras, por um lado, e, por outro lado, hoje nós só temos explorado menos de 20% da área sedimentar. Não apenas estamos deixando de lado o petróleo já descoberto como também estamos deixando de descobrir petróleo para só nos concentrarmos no pré-sal.

Eu queria colocar um último ponto, que é o que nós na academia temos discutido muito. No final desta palestra, eu darei as referências. Existe toda uma discussão no mundo sobre ativos encalhados. Isso quer dizer que, devido a uma transição energética que se está fazendo, que já está encaminhada, cerca de quatro quintos das reservas minerais fósseis não serão aproveitadas. Em matéria de petróleo, os estudos indicam que 50% das reservas de petróleo também não serão aproveitadas se a transição energética for feita de forma a reduzir os impactos das mudanças climáticas.

Não é só isso. Também é muito claro, para as petroleiras Shell, BP, Esso, ENI, que a demanda por combustíveis automotivos saturará até 2045 e, mais do que isso, começará a cair depois de 2050.

Também não é só isso. Nós estamos presenciando mudanças profundas que são estruturais — mudança tecnológica, mudança social, mudança geracional. Meu filho tem carteira de motorista, tem carro e não usa carro. Vai à universidade aqui em Brasília de bicicleta, até mesmo em dia de chuva. O carro, que foi um ícone da nossa geração, deixou de ser um ícone para ser um transtorno para a juventude. É interessante ver isso, inclusive nas mudanças sociais. O compartilhamento de carro, o uso da bicicleta, o uso de transporte coletivo são evidentemente uma transformação profunda da sociedade.

Como eu disse, não é só uma questão de transição energética. Há mudanças também sociais, e elas se refletem na curva de produção do petróleo, que deve cair a partir de 2050. Todas as petroleiras estão olhando isso, porque elas temem ativos encalhados, ativos que existem, custaram caro e acabaram irrecuperados, ou, em termo contábil, afundados.

Eu dou um exemplo de outra área completamente diferente: as usinas nucleares alemãs. Elas estão paradas e representam uma imensidão de investimento irrecuperável. As petroleiras sabem disso e já avisaram aos acionistas que não cairão nesse problema. Elas provavelmente estão, hoje, aproveitando as últimas fronteiras que têm. Quais são elas? O óleo profundo na margem equatorial sul-americana, no pré-sal. As petroleiras também estão aproveitando o *light tight oil*, o óleo não convencional americano, que representa hoje 50% da produção americana. Além disso, elas estão explorando o gás não convencional em Vaca Muerta. Inclusive, eu peço que os senhores prestem atenção à Argentina, porque nos próximos 4 anos a revolução que nós vimos nos Estados Unidos acontecerá em Vaca Muerta, a maior área não convencional hoje desenvolvida fora dos Estados Unidos, com consequências importantes para toda a América do Sul devido ao aumento da oferta de gás natural.

O gás natural convencional é, sem dúvida nenhuma, a prioridade de todas as grandes petroleiras, por uma razão bastante simples: ele é quase um petróleo, apesar de ser muito diferente. Ele gera os mesmos derivados, é muito mais abundante e, por último, é muito menos danoso ao meio ambiente. Por isso as petroleiras elegeram o gás como a ponte para a economia de baixo carbono.

Além das petroleiras, quem mais se preocupa ou quem mais deve se preocupar com isso são os países exportadores e produtores. Por quê? Porque a janela de oportunidade de desenvolvimento das reservas já descobertas e das que serão descobertas nos próximos 5 anos é curta, deve existir nos próximos 30 anos.

Todos os estudos e documentos mostram que, para aproveitar essas jazidas hoje, é preciso principalmente derivados leves, tecnologia de liquefação e de compressão do gás — o grande problema do gás sempre foi o transporte, e o custo de liquefação tem caído, o que permite maior mobilidade do gás natural —, assim como química do gás, sobre o que o Fernando falará aqui. Ressalto que gás natural não é só combustível, é muito mais que isso, é matéria-prima para fertilizantes, sendo que 80% do custo de um fertilizante é gás natural. Então, sem gás natural não há química e, principalmente, não há fertilizante.

A tendência cada vez maior é refino e petroquímica — o Fernando também poderá falar disso. Todas as refinarias novas que foram construídas no mundo integram a química. Essa é uma questão que se coloca hoje. Toda petroleira ganha dinheiro hoje vendendo químico, não petróleo. Foi isso que permitiu à Esso, à Shell e à BP garantirem o retorno dos acionistas nos últimos 5 anos, não foi a venda de petróleo, foi exatamente a capacidade de estar integrada à química, o que é fácil de explicar. Quando o petróleo está barato, a petroleira ganha dinheiro vendendo derivado. Quando o petróleo está caro, a petroleira ganha dinheiro vendendo petróleo. Essa é uma questão de escopo.

O horizonte hoje, então, é de 20 a 30 anos. Qual é o risco para o Brasil? Abandono prematuro de reservas, reservas encalhadas e um novo ciclo exportador. Basta ver a nossa balança comercial de petróleo e derivados dos últimos 3 anos. O Brasil importa cada vez mais derivado e exporta cada vez mais óleo cru, ou seja, nós agregamos cada vez menos valor ao nosso petróleo, paradoxalmente, porque não faltam vantagens comparativas ao Brasil. É a fronteira mais cobiçada pelas grandes petroleiras. Existem ainda hoje no Brasil centenas de milhões — eu repito —, centenas de milhões de barris de petróleo conhecidos, localizados, que serão deixados de lado. Não falta nem capital, nem tecnologia, nem mão de obra no Brasil em área de petróleo. Estamos, do ponto de vista da jusante, entre os dez maiores mercados consumidores de derivados e química; estamos entre as dez maiores indústrias químicas do mundo. O Fernando sabe que nós já fomos a quinta maior. Desde 2012, o capital externo põe de 60 a 70 bilhões de dólares no Brasil. Isso significa dizer que, para o capital externo, a crise no Brasil não foi significativa, foi uma oportunidade de se comprar ativo.

Por fim, a longo prazo, repito, o volume de gás natural que o País tem lhe permite produzir e viver com gás natural por mais de 50 anos. Existe uma área inexplorada nas bacias sedimentares brasileiras que é absurda e que vai ficar assim se não tomarmos uma iniciativa imediata. Não faltam recursos naturais no Brasil.

Quanto à Bahia, é o berço do petróleo, do modelo tripartite, e da química brasileira. Hoje ela enfrenta um acentuado declínio dos campos maduros. Normalmente um campo declina ano a ano de 6% a 8%. No Brasil, ele declina de 12% a 14%, sendo que na Bahia os campos têm taxas de declínio ainda superiores, o que evidencia o abandono desses campos no momento.

Há 20 anos, a ANP tenta e não consegue abrir esse mercado para as pequenas. O resultado disso é que vamos ter centenas de milhões de barris recuperáveis deixadas de lado. A atividade exploratória em terra no Brasil é reduzida ao mínimo nos últimos 2 anos, e a perspectiva não é muito favorável.

Cabe à Bahia ter algumas respostas.

A primeira é uma pressão junto ao Estado brasileiro, de forma que haja uma política de recuperação de jazida — a oportunidade é agora — por conta do desinvestimento da PETROBRAS e do interesse das independentes americanas e canadenses.

Quanto ao gás natural, é fundamental diversificar as fontes. Isso quer dizer que é fundamental recuperar a reserva onde há gás ainda; é fundamental permitir a busca pelo não convencional. Se existe algum lugar no Brasil onde o não convencional pode ser viável, esse lugar se chama Recôncavo Baiano. Nós temos todas as informações necessárias para acertar a produção não convencional na região. Ela tem um terminal de liquefação que precisa ser ocupado. Falta gás na Bahia, e é preciso que a Bahia possa trazer gás pelo terminal de liquefação. O biometano é outra fonte de diversidade para o abastecimento de gás.

Por último, é óbvio que a Bahia, sendo o berço da petroquímica brasileira e tendo toda a questão da tecnologia e do progresso colocada anteriormente, ela é o local certo para o nosso refino se integrar à petroquímica e fazer do gás a ponte para a própria Bahia se desenvolver industrialmente.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradecemos ao Sr. Luis Duque pela exposição. Esses importantes alertas e indicações farão parte da nossa reflexão.

Passamos imediatamente a palavra ao Fernando Figueiredo, representante da ABIQUIM.

**O SR. FERNANDO FIGUEIREDO** - Bom dia. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Deputado Daniel Almeida pelo convite para participar deste evento hoje aqui. Quero saudar a Deputada Keiko Ota, do nosso Estado de São Paulo; e o Deputado Caetano, da nossa cidade de Camaçari.

Deputada, como a senhora pode perceber, Camaçari não faz só bons produtos químicos, ela faz excelentes Deputados também. Os dois aqui aprenderam conosco lá em Camaçari. Não é verdade? *(Risos.)*

Gostaria de saudar os meus colegas de Mesa também.

Meus amigos, sou ruim nesse negócio de passar eslaide, mas vou tentar.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A indústria química brasileira é hoje a oitava maior indústria química no mundo. Isso poderia parecer uma coisa boa, mas digo a vocês que é algo muito ruim, porque, há 1 ano, nós éramos a sexta maior indústria química do mundo. Fomos ultrapassados pela Índia, o que já era esperado que acontecesse, e pela França. E não há muito segredo nisso. Fomos ultrapassados porque os dois países criaram uma política industrial para o setor químico e petroquímico.

A Índia hoje é a maior exportadora de princípios ativos genéricos para produtos farmacêuticos e defensivos agrícolas. Podemos dizer a quem toma medicamentos genéricos no Brasil que 90% desses medicamentos, com certeza, são indianos; e a França criou, em 2013, um programa chamado Nova França Industrial, que provocou o renascimento da indústria química francesa também, além de toda a indústria.

Nós somos o terceiro maior setor do PIB industrial, atrás do setor de bebidas e alimentos e do setor de coque e derivados de petróleo.

Vocês já ouviram que Camaçari representa 37% da produção química brasileira; 20% do PIB da Bahia e 90% da arrecadação de Camaçari. Essas informações referem-se à produção química, mas hoje acho que a Ford deve ter uma parcela importante nisso também. Geramos em Camaçari 45 mil empregos diretos e 1 bilhão em ICMS para o Estado.

A indústria química é um setor que remunera muito bem, Deputado. A indústria automobilística do nosso ABC paga bem, mas as indústrias química e petroquímica do ABC pagam 2,3 vezes mais do que a média do salário das indústrias do ABC. Podem acreditar em mim, pois esse número é do Sindicato dos Trabalhadores Químicos, e não da ABIQUIM. É uma característica do setor químico ter uma mão de obra altamente qualificada.

Porém, a indústria química brasileira vive um momento de estagnação. Costumamos dizer que nós vivemos um círculo vicioso hoje, com baixa competitividade, baixa rentabilidade e redução nos investimentos. No período até 2022, estão previstos serem investidos no Brasil 1 bilhão de dólares nas indústrias química e petroquímica. Isso corresponde a zero! Só para comparar, no mesmo período, nos Estados Unidos, serão investidos 220 bilhões de dólares. Essa é uma grande diferença.

A consequência disso é que hoje 35% do mercado químico brasileiro é ocupado por produtos importados. A indústria química tem a duvidosa honra de ser o maior déficit da balança comercial brasileira, com cerca de 25 bilhões de dólares. E, obviamente, a ociosidade está aumentando. Neste ano, nossas fábricas rodaram com ociosidade acima de 20%, e ocorreu o fechamento de muitas unidades.

A nafta é a principal matéria-prima da indústria petroquímica. E temos um problema seríssimo: nós temos a nafta mais cara do mundo. A nafta brasileira é 102,5% da nafta europeia, que é a nafta mais cara do mundo depois da nossa, com o detalhe de que a Europa produz muito pouco petróleo hoje em dia. No caso do gás natural, nós pagamos 3 vezes o preço americano e seguimos dependentes da importação do gás da Bolívia.

A indústria química tem algumas oportunidades. Primeiramente, como o Prof. Luis Eduardo já comentou, o balanço mundial da nafta leve começa a se direcionar para a petroquímica. Com a previsão de queda no consumo de combustíveis pelo advento e crescimento do carro elétrico no mundo, as grandes petroleiras já estão preocupadas em fazer projetos ligados à petroquímica. Então, todos os projetos — o professor já falou isso — hoje estão direcionados à petroquímica, e, consequentemente, a petroquímica ganha mais importância para a indústria de petróleo.

No Brasil, nós temos, com o pré-sal, a maior produção de petróleo e gás. A previsão é que vamos triplicar a produção de gás até 2030. O antigo Ministro Fernando Bezerra Coelho, Deputado desta Casa, costumava dizer que iríamos alcançar a autossuficiência em 2022.

Nós temos uma matriz energética cada vez mais crescente na base de renováveis. O Nordeste brasileiro, incluída a Bahia, dá um exemplo do uso da energia solar e da energia eólica.

Também há uma coisa que é muito importante: esta Casa já aprovou mecanismos legais que nos permitem aprovar o petróleo e o gás da União para desenvolver a petroquímica brasileira. Eu vou falar daqui a pouco sobre isso.

Nós temos muito otimismo que o ambiente de negócios deve melhorar nos próximos anos.

Como eu falei, o cenário mundial de refino tem uma tendência cada vez maior de ser conectado à petroquímica. Por todas essas previsões com relação ao carro, seja pelo advento do carro elétrico, seja pelo compartilhamento do carro, seja pelo fato de os jovens já não quererem mais carro, por tudo isso o consumo de combustível cai, e as grandes petroleiras estão muito atentas a isso.

Outro ponto importante, Deputado Daniel Almeida, é o *shale gas*. Para o senhor ter uma ideia, nós estamos discutindo com o Governo do Rio Grande do Sul a possibilidade de trazer gás de Vaca Muerta através daquele Estado. Isso é bom, porque coloca concorrência no mercado brasileiro, mas é muito ruim para a Bahia, porque a Bahia tem o gás de xisto — o Prof. Luis Eduardo já comentou isso — no Recôncavo Baiano. Assim como foi o berço do petróleo, a Bahia tem tudo para ser o berço do gás de xisto no Brasil.

O gás de xisto é o grande responsável pelo *boom* da indústria americana — eu friso: da indústria americana! Não foi só a indústria química que cresceu graças ao gás de xisto, ou mais especificamente ao etano, mas toda a indústria americana: a indústria de caminhão cresceu, porque houve necessidade de mais caminhão; a indústria de construção civil cresceu, porque houve necessidade de novas construções; e toda a indústria se movimentou. E nós podemos ter o mesmo efeito aqui.

Como eu mencionei, esta Casa já aprovou diversos instrumentos legais que dependem apenas da ação do Executivo, que foi muito falho com relação a isso nos últimos 10 anos. Em 2009, esta Casa aprovou a Lei do Gás, estabelecendo a necessidade de se criar um regulamento para o uso do gás como matéria-prima, mas o Poder Executivo nunca regulamentou essa lei.

A Lei da Pré-Sal Petróleo S.A. — PPSA, recém-aprovada por esta Casa, estabeleceu a possibilidade de a PPSA fazer leilão de gás e petróleo da União para refino e petroquímica no Brasil e deve ser regulamentada até 31 de dezembro. Eu espero que o Governo do Presidente Temer cumpra o seu papel e a regulamente, conforme previsto na lei.

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços — MDIC acaba de aprovar a criação de um grupo executivo para o desenvolvimento da indústria química, um grupo de trabalho do qual estamos participando com o Ministro para explorar todas as oportunidades que foram identificadas num estudo realizado pelo BNDES, ainda no Governo da Presidente Dilma Rousseff, sobre oportunidade e diversificação na indústria química.

A Agência Nacional de Petróleo — ANP está discutindo no momento o compartilhamento da infraestrutura da PETROBRAS, o que é absolutamente necessário para o desenvolvimento desse mercado.

O Brasil tem muitas oportunidades, mas eu vou pular essa parte porque já vi que estourei o tempo. Contudo, eu queria frisar alguns investimentos que nós já perdemos.

Nós já perdemos três plantas de fertilizantes que a PETROBRAS planejou e não construiu e corremos o risco de perdermos mais duas. Aliás, a decisão só foi adiada por uma grande movimentação da bancada da Bahia e de Sergipe, com a liderança do Deputado Daniel Almeida, no sentido de que o novo Governo é que deveria tomar a decisão sobre isso. O Presidente Temer aceitou isso e mudou a decisão para o ano que vem. Mas agora precisamos de uma nova movimentação com o novo Governo.

Perdemos também uma fábrica de silicone. Quando falamos em silicone, os homens todos pensam imediatamente nos seios artificiais femininos, o que é uma grande bobagem, porque isso não chega nem a 0,1% do mercado. O silicone é matéria prima importante até para a exploração do petróleo. O silicone tem como base o quartzo, de que o Brasil tem uma das maiores reservas do mundo, e a fábrica foi construída na Alemanha, que não produz 1 quilo de quartzo.

Para a produção de MDI, uma planta foi fechada 2 anos atrás no Brasil. E a Covestro vai investir 1,5 bilhão de euros em uma nova fábrica no Texas, exatamente porque o gás é mais barato lá.

Para produzir metionina, a Evonik vai construir uma fábrica em Singapura, que também não tem 1 grama de matéria prima.

Ainda existem muitas oportunidades, mas eu vou pular isso por questão de tempo.

Eu queria só registrar, Deputado Daniel, que o setor químico preparou uma agenda para os presidenciáveis. Esse trabalho, que designamos *Um outro futuro é possível*, foi entregue às equipes econômicas de todos os candidatos a Presidente da República antes do primeiro turno. Nele nós fazemos 73 propostas em questões de como reduzir o custo de matéria-prima, de como reduzir o custo de energia, de logística. Sobre logística, fizemos um novo estudo e temos também por volta de 75 propostas para os Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, e também para a União, e estamos discutindo esses pontos com esses Governos.

Nosso trabalho trata também de inovação e química 4.0, o que me deixa muito tranquilo em relação à Bahia, Deputado, porque temos o CIMATEC, que realmente é uma grande instituição.

Também trazemos propostas para o comércio exterior, porque geramos o maior déficit da balança comercial brasileira e muitas pessoas costumam dizer que ser contra o *antidumping* é protecionismo, o que é uma grande besteira, com todo respeito pela inteligência dessas pessoas, porque todo mundo defende a sua indústria. Os Estados Unidos — antes do Donald Trump, para ninguém dizer que isso é coisa do Trump — já tinham em vigor 530 medidas *antidumping*.

Nós acreditamos que, se levarmos a sério essas medidas que estamos propondo, a indústria química pode ter um papel muito relevante na geração de emprego e de renda. Nós estimamos que, até 2030, a arrecadação tributária poderá crescer 63 bilhões de dólares, o que até para a Bahia é muito dinheiro. Eu estou falando de bilhões, e não de milhões.

Nós temos toda a condição de fazer com que a indústria química seja o setor mais brilhante da próxima década neste País, porque temos petróleo, temos gás, temos biodiversidade e temos mão de obra altamente qualificada no setor. Nós também temos institutos como o CIMATEC e outros institutos SENAI de inovação, que estão dedicados à química, ou como de biotecnologia no Rio de Janeiro, ou como de biomassa no Mato Grosso do Sul. Nós temos empreendedores capazes de transformar esses recursos naturais em riqueza para o povo brasileiro, sejam esses empreendedores de origem nacional, sejam de origem multinacional.

Muito obrigado pela atenção de vocês. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Nós agradecemos ao Fernando Figueiredo pela contundência e pelos dados tão esclarecedores sobre a indústria química e petroquímica.

Passamos imediatamente a palavra para o Sr. Rogelio Golfarb, Vice-Presidente da ANFAVEA.

**O SR. ROGELIO GOLFARB** - Deputado Daniel, eu queria agradecer o convite para estar aqui hoje e também cumprimentar todos aqueles que aqui estão presentes.

Deputado, eu acho que este momento que o senhor nos permitiu criar aqui para falar da indústria é muito importante, porque o setor industrial brasileiro precisa desse espaço, desse debate, dessa atenção, dessa amostra da diversidade da indústria e da importância da indústria para o Brasil.

Antes de mostrar alguns gráficos, queria dizer a vocês que a indústria — em particular a indústria de transformação —, de maneira geral, está num momento mundial de dois grandes choques que são fundamentais para o futuro obviamente da indústria brasileira.

O primeiro choque é a derrubada dos custos dos produtores asiáticos. Isso realmente mudou o patamar de custos e preços dos manufaturados e da indústria de transformação, seja na indústria naval, seja na indústria de manobilidade aeronáutica.

O outro é a inovação, que acontece numa velocidade dramática. Cada dia em que nós acordamos há coisas acontecendo, e, portanto, há uma corrida pela inovação e pela competitividade. Essa combinação faz com que o setor industrial, em particular, necessite de atenção, de foco e de políticas adequadas.

No nosso caso, no Brasil, nós temos, no setor automotivo, uma indústria pujante, que inova, que já tem planta 4.0 e que estão investindo e que continuam investindo. Obviamente, essa é a fotografia do momento, e nós precisamos construir esse filme para o futuro.

Eu vou mostrar alguns gráficos para vocês com o objetivo apenas de ilustrar a questão da indústria.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Esse primeiro gráfico é bastante simples. Ele mostra a participação da indústria no PIB, da indústria total nacional e, em particular, da indústria de transformação. Nós podemos ver que essa participação é declinante tanto na indústria total quanto na indústria de transformação. Nas economias modernas, isto não é tão raro, mas o que nos surpreende, quando olhamos a fotografia brasileira, é a consistência e a velocidade da queda, o que mostra que a indústria precisa de atenção.

Quando nós olhamos a recuperação do PIB, observamos, na parte de cima do gráfico, os números do PIB e as taxas de crescimento da indústria de transformação, ou seja, a indústria de transformação tem dado uma contribuição significativa neste momento de recuperação. E não somente neste momento de crise, mas em outros momentos difíceis da história do Brasil. O setor de transformação, com a sua capilaridade e suas cadeias longas, sempre deu uma contribuição enorme, puxando o PIB para cima.

Essa lâmina mostra apenas uma fotografia rápida de toda a estrutura automotiva que o Brasil tem. Nós temos 26 empresas fabricantes, 582 autopeças, mais de 5 mil concessionárias. Nós temos mais de 64 fábricas, estamos em 10 Estados e em 42 cidades, com uma capacidade instalada de 5 milhões de unidades.

O setor automotivo brasileiro, eu posso dizer com a maior tranquilidade, é inveja de muitos países do mundo. Nós temos uma estrutura, uma base e uma capacidade, inclusive de engenharia, que poucos países têm, mas, para manter essa estrutura competitiva, nós precisamos trabalhar muito e correr rápido, porque as coisas estão em transformação.

Quando nós olhamos a produção nacional em relação à automotiva, nós vemos que, na recuperação, em 2017, a produção industrial cresceu 2,5% e a automotiva cresceu 17,7%. O importante é que dos 2,5% do crescimento da produção industrial em 2017, 49% foi derivado do setor automotivo. Quando nós vamos para 2018, vemos que 70% do crescimento da produção industrial foi derivado do setor automotivo. Então, trata-se de um segmento que cresce, que puxa a economia, que tem um papel importantíssimo na indústria de transformação, na produção industrial brasileira, e tem uma das cadeias produtivas mais longas e com maior capilaridade nacional do segmento industrial.

O mercado da mobilidade continua e continuará com veículos diferentes, com arquiteturas diferentes, sejam eles elétricos, sejam eles híbridos, sejam eles de combustão interna, ainda por um bom tempo. Eu acho que o grande desafio para o Brasil não é se usaremos os equipamentos da modalidade — é claro que usaremos! —, é se vamos fabricar esses equipamentos no Brasil, e, mais, se esses produtos brasileiros serão fabricados utilizando os nossos recursos naturais, a nossa matriz energética, que é rica, e algumas propriedades que nós temos.

Na eletrificação, por exemplo, a produção de imãs de alta performance é fundamental, e, para isso, precisamos de elementos que o Brasil tem — poucos países do mundo têm nas regiões de terras raras. Portanto, temos, sim, como contribuir para o processo de eletrificação. Obviamente, engenheiros de outros países têm interesse em desenvolver aquilo que eles têm na sua região, e não aquilo que temos na nossa. Precisamos dos engenheiros brasileiros com políticas para isso.

Vou falar um pouquinho da Bahia, onde, evidentemente, está a Ford.

A Bahia tem uma fábrica de veículos; tem a primeira e única fábrica de motores do Norte e Nordeste, uma fábrica 4.0; tem 28 autopartistas; tem 183 concessionárias. Ela produz, por ano, 212 mil veículos. Ela também tem algo que pulei, mas que é fundamental, dificílimo e que teve a participação muito importante do SENAI CIMATAC, que é o centro de engenharia global.

Na Bahia, projetamos três veículos globais. O primeiro veículo é o EcoSport, que hoje é vendido nos quatro continentes. Todos esses projetos foram feitos na Bahia, por engenheiros brasileiros, os quais têm a responsabilidade por eles. Quando há um problema no EcoSport na China, por exemplo, esse problema vai para Camaçari para que o engenheiro brasileiro resolva. O segundo veículo é o Ka. O terceiro é um caminhão cargo.

Fomos para a Bahia há mais ou menos 15 anos, Deputado. Havia muito ceticismo em volta desse projeto, mas, nesses 15 anos, não só criamos uma produção e uma fábrica moderna, como também levamos os nossos fornecedores globais a um processo de exportação, a um centro logístico como o porto. Levamos principalmente inteligência, engenharia e capacidade de inovação.

Para ilustrar, apresento aqui uma linha no tempo só para relembrar a nossa trajetória na Bahia.

Começamos em 2001, com a inauguração do complexo industrial. Em 2003, lançamos o EcoSport, que hoje é um ícone global, inclusive vendido nos Estados Unidos; em 2004, completamos o terceiro turno e ficamos totalmente utilizados, em termos de capacidade; em 2005, inauguramos o terminal portuário, anexo à fábrica, que é o Porto Miguel de Oliveira; em 2007, chegamos a 1 milhão de veículos produzidos; em 2012, fabricamos o primeiro veículo global, o Novo EcoSport, que foi a fase da nossa engenharia, quando também chegamos a 2 milhões de veículos produzidos; em 2013, produzimos o segundo veículo global; e, em 2014, abrimos a primeira fábrica 4.0 de motores do Nordeste; em 2017, no ano passado, chegamos a 3 milhões de veículos produzidos.

Portanto, trata-se de um projeto que tem resultados não apenas do ponto de vista da produção, da exportação, mas principalmente, eu diria, do ponto de vista social, de desenvolvimento e da qualidade de vida que temos na Bahia hoje.

Não incluímos nesse eslaide, mas desenvolvemos uma série de programas sociais com os Governos da Bahia em sintonia com as necessidades da sociedade — o Deputado Caetano está aqui e sabe disso — e tivemos muitas experiências interessantes.

Na implementação, desde o começo, a fábrica e todo o complexo foram estruturados com foco na diversidade da região e especificamente na população.

Para encerrar, eu só gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade de falar aqui do setor automotivo, da nossa experiência no Nordeste e do foco que esta reunião traz para a indústria brasileira, que, sem dúvida nenhuma, terá grandes desafios.

A indústria precisa, principalmente neste momento de grande inovação e de grande transformação, de capital, de marco regulatório, de suporte creditício. E esses elementos básicos ainda são um grande desafio para o Brasil, quando nós o comparamos com outras regiões no mundo.

Mais uma vez, muito obrigado.

Eu devolvo a palavra aqui ao Deputado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradecemos a intervenção do Sr. Rogelio Golfarb e passamos a palavra para o último expositor, Sr. Carlos Danilo Almeida, representante da Federação das Indústrias do Estado da Bahia — FIEB.

**O SR. CARLOS DANILO ALMEIDA** - Bom dia a todos! Meu nome é Carlos Danilo, eu sou da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, da área de pesquisa econômica. Em primeiro lugar, nós agradecemos o convite do Deputado Daniel Almeida, cujo árduo trabalho já é reconhecido pela FIEB, não só com relação à indústria da Bahia mas também com relação à economia baiana. Inclusive, eu tive a oportunidade de participar, há uns 4 meses, de um evento no CIMATEC para a discussão de temas semelhantes a este, da indústria de petróleo e gás, e também de uma defesa mais combativa da questão da FAFEN, que é uma importante indústria.

Em nome do Deputado Daniel Almeida, eu saúdo os presentes aqui à mesa. Sabendo que a minha apresentação seria a última, eu vou fazer uma apresentação bem sintética, mais reflexiva, para que possamos aprofundar mais no debate depois.

Prezados Deputados, a indústria baiana tem enfrentado um momento difícil, não só a indústria baiana, como também a indústria brasileira, particularmente a indústria baiana. Há dois pontos básicos que merecem atenção: o primeiro, logicamente, é a questão conjuntural, a questão da crise, que assola todos os setores, e a indústria tem sofrido mais; o segundo é a questão estrutural, na qual eu destaco a questão da infraestrutura.

Se olharmos, nos últimos anos, principalmente para a indústria baiana, nós vamos perceber que a produção física tem caído muito. Nós já contabilizamos uma queda de aproximadamente 15% na produção física nos últimos anos. Neste ano, segundo os dados até setembro, nós estamos ocupando os últimos lugares no *ranking* nacional de produção física. A indústria baiana praticamente não vai crescer este ano; se crescer, será muito pouco. Ela não vai aproveitar a recuperação econômica do Brasil. Isso é um ponto de muita atenção para nós baianos e para todas as pessoas interessadas na indústria.

A questão que temos que focar, além do aspecto conjuntural, é a questão estrutural. Eu chamo a atenção para dois pontos da questão estrutural que a indústria baiana tem apresentado pior desempenho — como o nobre Deputado já tem essa característica de defesa à indústria, informo que nos próximos 4 anos o trabalho vai dobrar.

Em primeiro lugar, chama a atenção para questão da ferrovia que passa na Bahia, a Ferrovia Centro Atlântica — FCA, que tem demonstrado interesse em renovar a concessão, mas o projeto que ela propõe para o nosso Estado é ainda muito tímido, é um projeto que praticamente mantém a mesma estrutura ferroviária e a mesma estrutura de transporte de carga por esse modal.

É importante salientar que as empresas do polo de Camaçari precisam desse modal, que é um ponto de competitividade para a nossa indústria, porque a indústria baiana tem característica de indústria produtora de bens intermediários, pelo menos a indústria tradicional, e o mercado consumidor não está no Estado. Uma parte desse mercado, que é a maior parte, está no Sul e no Sudeste; a outra parte, no Nordeste. Então, é fundamental para a indústria que nós tenhamos esse modal eficiente.

Outra questão importante para esta Casa, que é uma Casa de debates, é a questão portuária. Aí eu ressalto o Porto de Aratu. O Porto de Aratu hoje é praticamente o mesmo que foi construído em 1974, e isso tem gerado para a indústria custos elevados.

Deputados, eu gostaria de deixar esses dois pontos para debatermos em seguida. Eu vou falar um pouco também de oportunidades e desafios, com foco na indústria de petróleo.

Em primeiro lugar, nós temos uma indústria, como já foi colocado aqui nessa questão de petróleo, bastante madura, e nós perdemos, nos últimos anos, a relevância no cenário nacional.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Esse gráfico mostra claramente o que aconteceu com a indústria de petróleo e gás da Bahia. Até a década de 60, éramos praticamente o único produtor de petróleo do Brasil. A partir da década de 60, com a descoberta dos campos no Rio Grande do Norte, com a descoberta dos campos, ainda em terra, no Estado do Espírito Santo e em outros locais, passamos a perder relevância, passamos a ter outros produtores de petróleo pois surgiram outros produtores de petróleo. A partir daí, a participação da produção foi caindo, e caiu ainda mais na década de 70, com a descoberta dos campos no Rio de Janeiro, na Bacia de Campos, na qual havia uma produção muito elevada em relação à produção *onshore.* Mas até aí a Bahia ainda tinha relevância na produção de petróleo, porque o petróleo produzido na Bacia de Campos é pesado, e o petróleo do Recôncavo é leve e de boa qualidade. No entanto, a partir da descoberta do pré-sal — ou seja, na última fase, na quarta fase —, de fato os campos maduros da Bahia perderam a relevância, porque o petróleo do pré-sal, além de abundante, é de boa qualidade, comparável ao petróleo do Recôncavo.

O gráfico mostra que estamos nos aproximando de zero, em termos percentuais, de participação na produção do Brasil. Hoje, a participação da Bahia está em torno de 1,2% apenas. Aonde queremos chegar com essa constatação? A perda de relevância no cenário nacional implica também na necessidade de mudança no comportamento das empresas que exploram petróleo no Recôncavo. Como já foi colocado aqui, ainda há petróleo no Recôncavo, mas ele não é relevante para grandes empresas, como a PETROBRAS. Ele é relevante para empresas menores, empresas que trabalham com recuperação de poços.

Mais dramático do que a queda da produção é a queda do emprego. Observe, Deputado, que em 2010 havia 10 mil empregos diretos na atividade de petróleo. Hoje há 6 mil empregos diretos, com tendência a queda. Isso nos preocupa. Esses são empregos diretos. Mas nós pensamos: e os empregos indiretos e outros empregos? Nós temos estudos que mostram que, para cada emprego direto gerado no segmento de petróleo, há 10 empregos indiretos e pelos menos mais 40 empregos gerados pelo efeito-renda, metodologia utilizada pelo BNDES.

Então, nós não podemos abandonar essa atividade, que ainda é rentável e na qual há grandes opções, e eu vou chegar um pouco à frente. Hoje, quanto à nossa atividade, que o senhor deve conhecer bem, eu não vou dizer que ela está deixada de lado, mas não está no ritmo em que deveria estar. Foi dito aqui mais cedo que o petróleo tem um tempo, um momento. No Recôncavo, na área de produção de petróleo, nós temos toda a infraestrutura instalada. Temos refinaria, gasoduto, unidade de processamento de gás natural, terminais. Já temos infraestrutura. Precisamos monetizar toda a reserva que ainda existe. Na verdade, eu quero até encerrar a minha participação com esta visão positiva: é possível, sim, monetizar as reservas, porque ainda temos mais de 200 milhões de barris enterrados no Recôncavo; temos gás natural; temos também gás não-convencional. E há estudos — até o CIMATEC tem procurado fazer isso — mostrando que, com as novas tecnologias, ainda há muito o que se descobrir na área do Recôncavo.

Para finalizar, esta também é uma parte que mostra reservas com produção. Esta tabela é dramática, é uma tabela de gás natural na produção baiana. Se a observarmos, perceberemos que, antes de Camamu, que foi a grande província de exploração de gás natural, nós tínhamos uma relação de 11,6 anos entre reservas provadas e produção em 2001. Com a entrada de Camamu, passou para 13 anos. Atualmente, dada a produção e as reservas provadas, nós temos gás para 5,6 anos. E o Recôncavo tem gás? Tem gás, sim. Ele só não está sendo explorado nem está recebendo investimentos devidamente.

Este é um estudo que nós fizemos sobre os impactos do aumento da produção de barris na produção e no emprego. Se aumentarmos a produção, por exemplo, em 23 mil barris, nós poderemos gerar quase 668 milhões de reais em salários. Poderemos gerar 25 mil empregos indiretos pelo efeito renda. Isso é muita coisa! Eu só gostaria de dizer que esse parece um estudo matemático, econômico, mas não o é. Basta vermos, por exemplo, o caso da indústria de calçados. Em 1996, não existia indústria de calçados na Bahia — existia indústria de couro. Hoje, a indústria de calçados gera mais de 400 milhões de reais em salários, ou seja, com um aumento na produção, o retorno para a sociedade é muito grande.

Para finalizar, eu gostaria apenas, como esta é uma Casa de debates, uma Casa de trabalho nesse sentido, que pudéssemos pensar nos próximos passos. E o primeiro passo seria, para a área de petróleo, o apoio ao Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres — REATE, um programa muito bom, desenvolvido pelo Ministério de Minas e Energia. Ele tem todo um cronograma. É um programa sério, que fala das etapas que deverão ser cumpridas para alcançar os objetivos. E também devemos manter o apoio à ANP, para que ela possa ter melhor atuação na área de petróleo, com rodadas permanentes de licitação, e ainda acelere essa mudança.

Agradeço o convite para estar aqui. Estou à disposição, e a FIEB também se coloca à disposição, para debater mais esse tema.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Carlos Danilo.

Encerradas as exposições, passamos ao debate. A Deputada Keiko Ota pediu para falar. Nós agradecemos porque ela esteve aqui desde o primeiro minuto da abertura deste painel.

V.Exa. tem até 3 minutos.

**A SRA. KEIKO OTA** (PSB - SP) - Bom dia a todos.

Parabenizo-os por este debate, que foi de extrema importância. Hoje está tudo alvoroçado aqui, mas eu consegui ouvir os palestrantes.

Eu gostaria de perguntar aos expositores o seguinte: o que falta ao polo industrial da Bahia para que ele tenha novos investimentos no setor químico e em outros setores, com energia renovável? A carga tributária seria uma das causas para os nossos investimentos?

E quero dizer a vocês que eu gostaria de ouvir cada um durante 1 minuto sobre as perspectivas da economia nos próximos anos. O que poderia ser feito? Muito se falou aqui. A FIEB disse que houve uma queda acentuada no emprego. O que fazer para aumentar?

Também ouvi dizer que a usina na bacia de campos maduros está parada. Como corrigir esse erro? Usinas pequenas, muitas vezes, se tiverem produção benfeita, geram emprego e aquecem a economia.

Nosso País é tão cheio de matérias-primas! Nós ouvimos aqui que o País tem petróleo em abundância. E o Japão, que depende de tudo, é uma potência. Eu gostaria que alguém falasse durante 1 minuto sobre essa relação entre a economia do Japão e a nossa economia. O que falta para que possamos avançar nos próximos anos? Qual é a perspectiva da economia?

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Deputada Keiko Ota.

Há algum Parlamentar que gostaria de falar? *(Pausa.)*

Então, encerradas as intervenções dos Parlamentares, volto à Mesa, para que os expositores façam suas considerações finais. Se utilizarem um tempo em torno de 1 minuto, facilitarão a conclusão deste painel.

Concedo a palavra ao Deputado...

**O SR. FERNANDO FIGUEIREDO** - Tenho vindo tantas vezes a esta Casa que já pareço Deputado!

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Já tem muito jeito de Deputado, mas tem talento para ir muito além. *(Risos.)*

Tem a palavra o Sr. Fernando Figueiredo.

**O SR. FERNANDO FIGUEIREDO** - Este Deputado Daniel Almeida é um bom gozador!

Começando pelo fim, Deputada Keiko Ota, precisamos trabalhar duro, como fazem os japoneses. É simples assim! Acho que esse é um requisito de que ainda precisamos. E, só para dar um testemunho, no Polo Industrial de Camaçari trabalha-se muito duro. Mas precisamos que o País trabalhe tão duro quanto os japoneses.

Com relação a novos investimentos para Camaçari, isso está no estudo que nós apresentamos, intitulado *Um outro futuro é possível*. A solução é muito simples, nós só precisamos de matéria-prima e energia a preços competitivos internacionalmente. Nesse estudo que nós apresentamos não há um pedido de subsídio, não há um pedido de incentivo fiscal. A única coisa que nós queremos é preço competitivo internacionalmente. Queremos preço competitivo internacionalmente para usar os recursos naturais do Brasil — petróleo e gás — e criar riqueza para o povo brasileiro.

**A SRA. KEIKO OTA** (PSB - SP) - O senhor poderia mandar um resumo disso para mim, fazendo um favor?

**O SR. FERNANDO FIGUEIREDO** - Eu entrego hoje no seu gabinete uma cópia do trabalho, está bem?

**A SRA. KEIKO OTA** (PSB - SP) - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Fernando.

Tem a palavra o Rogelio.

**O SR. ROGELIO GOLFARB** - Eu acho que a pergunta é interessante, exatamente por essa dicotomia que existe entre os dois países. Mas um dos aspectos que valem a reflexão, Deputado, é a capacidade de planejar em longo prazo. Hoje em dia, isso é fundamental. Infelizmente, nós temos muitos projetos de Governo e pouquíssimos projetos de Estado. E isso afeta não só a questão industrial, mas também muitos aspectos da vida brasileira. Nós precisamos quebrar essa barreira e começar a criar planejamentos e projetos de longo prazo. A cultura asiática tem, na sua característica, essa visão de longo prazo. Isso nos ajudou, mas nós precisamos aprender com isso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Rogelio.

Tem a palavra o Jean.

**A SRA. KEIKO OTA** (PSB - SP) - Sr. Rogelio, o senhor também poderia me enviar um resuminho do que o senhor disse aqui e acrescentar alguma coisinha? Eu gostaria de repassar isso para o Presidente Bolsonaro, viu? Vocês serão ouvidos por ele.

**O SR. JEAN FREITAS** - Respondendo à Deputada Keiko...

De que Estado a senhora é, Deputada?

**A SRA. KEIKO OTA** (PSB - SP) - Sou de São Paulo.

**O SR. JEAN FREITAS** - Minha esposa tem descendência de japoneses também.

Aqui já se falou de algumas vantagens e capacidades do povo asiático, especificamente do povo japonês.

Eu acho que, como perspectiva futura, devemos atentar para essa questão do planejamento como política de Estado, e não como política de Governo. O Governo do Estado da Bahia tem se esforçado para fazer isso, e alguns Estados também já vislumbraram a importância de resgatar o processo de planejamento. Nós fizemos discussões aqui com a FIEB, com a academia, enfim, com toda a sociedade, e estamos projetando a Bahia para 2035.

A questão que vejo é capital humano, porque o Japão investiu bastante na educação. Aproveitou uma janela de oportunidade e gerou muita tecnologia. Hoje, todos aqui têm *smartphone*, que é basicamente uma *commodity*. O que vale aqui dentro são os *apps*, os aplicativos.

Falou-se aqui de grandes empresas-âncora do polo petroquímico e do polo industrial de Camaçari, mas acho que nós precisamos melhorar o tecido empresarial de micro, pequenas e médias empresas. Nós temos um vazio de médias empresas no Estado da Bahia e estamos tentando trabalhar principalmente com aporte de tecnologia para aumentar a competitividade. Nós temos o SENAI CIMATEC, mas esse centro ainda é pouco procurado por essas empresas. Então, fazendo a aproximação dos instrumentos que nós já temos, sem dúvida alguma poderemos projetar a nossa indústria para os próximos anos, a fim de sermos competitivos não apenas em âmbito nacional, mas também em âmbito internacional. Acho que é esse o caminho.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Jean.

Tem a palavra o Luis Eduardo.

**O SR. LUIS EDUARDO DUQUE DUTRA** - Eu agradeço à Deputada sua atenção, principalmente, sua presença em todo o debate.

Eu vou ser o mais breve possível.

Para o presente, eu acredito que o mais importante é a articulação da PETROBRAS, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e do Governo da Bahia em direção a uma política para recuperar campos maduros. Isso é fundamental na Bahia. A oportunidade está posta, e a ANP, a PETROBRAS e o Governo da Bahia desejam essa recuperação. Portanto, basta se articularem. Há muitas questões a serem colocadas, e a oportunidade é agora.

Eu acredito que a Bahia pode se posicionar futuramente, tendo em vista o seu ativo em petroquímica e a experiência em petróleo e gás natural. É fundamental que a Bahia se posicione quanto ao gás natural, quanto à transformação química do gás natural. O futuro da química está nisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - O.k.

Por favor, peço-lhe que também mande os dados para a Deputada Keiko.

**A SRA. KEIKO OTA** (PSB - SP) - Todos vão mandar.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Tem a palavra o Sr. Carlos Danilo.

**O SR. CARLOS DANILO ALMEIDA** - Deputada, a sua colocação faz lembrar uma coisa que eu sempre digo: o Brasil é um país muito rico. Lembro que, na minha infância, nós tínhamos um problema sério de petróleo, sofremos muito na década de 1980, com a primeira crise do petróleo, e, depois, com a segunda. Hoje, para a nossa surpresa, nós temos petróleo. Hoje, nós temos terras, petróleo, energia, água; enfim, este é um país de grandes oportunidades.

Quero focar, então, em outro aspecto, além dos que foram apresentados aqui, e saber por que o País está nessa crise e não cresce.

O que nós observamos é que a parte produtiva, o setor produtivo tem muitas travas; tem travas, vamos dizer assim, em excesso. Por exemplo, o licenciamento ambiental, muitas vezes, traz impedimentos. Na Bahia, por exemplo, uma liminar hoje impede que o gás natural não-convencional seja produzido. Não que isso não seja importante. Isso é importante, mas talvez haja excesso. Em países maiores do que o nosso, como os Estados Unidos, talvez não haja tanto excesso. Não cito só isso, mas também a questão de fiscalização. Quantos fiscais existem para uma obra de engenharia de infraestrutura? Lembro que, quando foi construída a Via Expressa...

**A SRA. KEIKO OTA** (PSB - SP) - É burocrática essa questão, quando se fala da trava, não é?

**O SR. CARLOS DANILO ALMEIDA** - Exatamente.

Para a construção da Via Expressa, que liga a BR-324 ao Porto de Aratu, havia 14 órgãos de fiscalização. Isso para uma simples obra! E vemos isso toda hora, não só na Bahia, mas em todo o Brasil. Além do que foi colocado — planejamento e excesso de tributos—, eu acho que essa questão também deve ser pensada nesta Casa com o novo Governo, uma nova ideia. Vamos destravar mais o País no sentido de produzir mais. E, aí, essa produção vai gerar renda, que nós podemos distribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - O.k.

Deputada Keiko, quer falar?

**A SRA. KEIKO OTA** (PSB - SP) - Eu gostaria que todos me mandassem esse sentimento, porque o Presidente que vai assumir agora é bem sucinto, gosta das coisas... Então, acho que esse resuminho vai ser muito importante.

Um economista que vai participar de uma audiência pública para mostrar as perspectivas da economia nos próximos anos disse que o Brasil já caiu o que tinha que cair e que agora a tendência é só subir. Isso é importante. A população está envelhecendo. Por isso, temos que aproveitar essa mão de obra que ainda está a todo o vapor. Ele disse que, independentemente de governo, a tendência do Brasil é crescer. Então, com a ajuda de vocês, poderemos fazer um bom trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Deputada Keiko.

Estou sentindo que a Deputada Keiko poderá compor o próximo Governo. Quem sabe, teremos esse privilégio. Ela sempre foi muito presente e colaborou muito nos debates desta Comissão.

O Deputado Helder Salomão, que é o vice-Presidente desta Comissão, também nos acompanhou e sempre participou dos debates. A Deputada Jandira Feghali, do Rio de Janeiro, está no centro de uma crise de grande dimensão e também tem um desafio enorme no que se refere à indústria naval e à indústria de petróleo, fundamentalmente. O Deputado Goulart acompanhou toda a nossa reunião, bem como os Deputados Vinicius Carvalho e Aureo. Outros Parlamentares passaram por aqui, como o Deputado Caetano, que não é membro da Comissão, mas tem um interesse muito direto nesse tema.

Antes de agradecer a presença a todos — Fernando, Rogelio, Jean, Luis Eduardo, Carlos Danilo e Daniel Motta, que teve que se retirar —, quero dizer que em todos os debates que fazemos sobre os desafios do Brasil constatamos a necessidade de maior interlocução e de maior parceria entre o setor produtivo, o ambiente político, as instituições, os governos. Nós temos muitos desafios e oportunidades. Coisas extraordinárias estão acontecendo!

Falou-se do CIMATEC Industrial, que é um grande esforço. Poucos o conhecem, e talvez seu potencial não tenha o aproveitamento que deveria ter para produzir o desenvolvimento.

Mas há nichos que, às vezes, ficam isolados. Nós vamos constatando uma estagnação. Alguns falam em desindustrialização. Setores estão com iminente risco de se inviabilizar, setores dinâmicos, setores estratégicos. Não é no mundo inteiro, no setor de petróleo e gás, petroquímico e químico, que estamos tendo esses desafios. E tudo isso tem que se integrar a uma política industrial que enxergue as diferenças e os potenciais e caminhe rapidamente nessa direção. Se formos ultrapassados, como estamos sendo ultrapassados, por muito tempo, não teremos como nos recuperar, ficaremos para trás de forma perene, duradoura. Não é essa a vocação que o nosso País tem! Portanto, o desafio é muito grande.

Quero crer que cumprimos o nosso objetivo. Esta Comissão tem esse papel, e nós temos procurado fazer destes painéis uma oportunidade, exatamente no momento em que se abre a possibilidade de debater de forma mais abrangente. Sempre que há renovação na política, oportunidades novas surgem — às vezes, para avançar, e, às vezes, para consolidar a estagnação —, mas temos que aproveitar as oportunidades para fazer o debate e construir caminhos e consensos.

Quanto ao problema do gás, fiquei assustado. Nós vamos trazer o gás de xisto da Argentina? Por quê? Como fazê-lo? Nós temos um potencial enorme e vamos trazer o produto do vizinho, deixando o nosso potencial se esvair? Esse desafio não pode esperar! Nós temos que tratar disso com a maior brevidade possível.

Quero agradecer a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando os Srs. Parlamentares para a reunião deliberativa que será feita em seguida neste plenário.

Indago aos Srs. Deputados se podemos manter o painel para a próxima reunião.  *(Pausa.)*

Não havendo objeção, fica mantido o painel para a próxima reunião.

Agradeço a todos.

Está encerrada a presente reunião.